



# Entrevista com o historiador José Luis Bendicho Beired

Entrevistadores:

Marina Helena Meira Carvalho  
[marinahmc@yahoo.com.br](mailto:marinahmc@yahoo.com.br)  
Doutoranda em História - UFMG

Thiago Henrique de Oliveira Prates  
[thoprates@gmail.com](mailto:thoprates@gmail.com)  
Doutorando em História - UFMG

## **Apresentação:**

José Luis Bendicho Beired cursou a graduação (1983), mestrado (1989) e doutorado (1996) em História na Universidade de São Paulo. Suas pesquisas iniciadas no doutorado nos motivaram a entrevistá-lo, como parte do dossiê temático *Para além das fronteiras: histórias transnacionais, conectadas, cruzadas e comparadas*. Em sua tese, posteriormente publicada como livro, o professor explora a abordagem comparativa ao estudar o pensamento autoritário no Brasil e na Argentina entre 1914 e 1945. Posteriormente, ampliou o recorte de sua pesquisa, analisando as relações entre a Espanha e a América Latina por meio do movimento hispanista e dos intelectuais que tomaram parte neste debate a partir de meados do século XIX. Ao abordar a circulação de intelectuais e ideias nestas duas regiões, Beired se dedicou aos estudos transnacionais. É professor Adjunto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), cuja tese de livre-docência é em História das Américas.

**Revista Temporalidades: Levando em conta que os historiadores lançam questões ao passado motivadas pelo seu presente, a que o senhor atribui o crescente interesse de pesquisadores brasileiros em utilizar as mais diversas abordagens que ultrapassam as fronteiras nacionais, como as histórias comparadas, conectadas, cruzadas atlânticas, transnacionais e a história global?**

**José Beired:** A consciência da globalidade é um fenômeno das sociedades contemporâneas que tem demandado dos historiadores uma nova sensibilidade no estudo de objetos tradicionalmente analisados nos marcos do Estado nacional. Isso pode ser observado por meio do exame das temáticas dos congressos internos de História, dos títulos das publicações e mesmo da criação de centros de pesquisa e de programas de pós-graduação



dedicados à história transnacional. Um exemplo é a organização do dossiê “Une histoire à échelle globale”, publicado na revista *Annales*; outro é a discussão promovida pela *American Historical Review*, sob o título “AHR conversation: on transnational history”.<sup>1</sup>

Logicamente o Brasil não está à margem dessa tendência que, devemos reconhecer, não é absolutamente nova para os historiadores, em vista do passado colonial do país, do papel do comércio ultramarino e do tráfico de escravos. O Brasil, como formação histórica não pode ser entendido a não ser como produto do processo de mundialização que ganhou corpo com as grandes navegações, o descobrimento da América e o comércio de longa distância.

Fica posta a questão: até que ponto as abordagens que trabalham as conexões em escala planetária são realmente inovadoras não só no Brasil como no restante da América Latina? É sabido que a história do Brasil e dos demais países latino americanos começou a ser escrita no século XIX com o objetivo político de legitimar o Estado nacional. No século XX, com a profissionalização da área parte daquele nacionalismo foi sendo deixado de lado, mas o principal quadro de referência dos ainda historiadores continua sendo a história nacional. Talvez a história comparada tenha ajudado problematizar tais histórias nacionais, mas não muito, haja vista os poucos estudos comparados nos países latino-americanos. De qualquer forma, apenas nas últimas décadas se fortaleceu na região a percepção da relevância das interações recíprocas existentes entre as sociedades situadas em diferentes partes do mundo.

O que talvez seja novo é a percepção de que a mundialização não é uma via de mão única e nem passiva, do centro para periferia como sugerido pela teoria do imperialismo e as versões simplistas da teoria da dependência. Os fluxos entre as diferentes regiões do mundo são complexos e os seus surpreendentes resultados sugerem antes a interdependência no âmbito dos diversos níveis do processo histórico: econômico, cultural, político e social. Os estudos recentes enfatizam que embora seja certo que os países dotados de maior poder incidem decisivamente na dinâmica histórica das demais sociedades, não é menos certo que as sociedades ditas periféricas também tem a capacidade de produzir efeitos sobre os primeiros. As transferências ocorridas no campo da cultura material e da história da alimentação são exemplos ricos nesse sentido. Além disso, tem-se constatado que as relações das colônias e das sociedades pós-coloniais não se limitam às

---

<sup>1</sup> Une histoire à l'échelle globale. *Annales*, vol. 56, n°1, jan-fév. 2001, p. 3-123; AHR conversation: on transnational history. *The American Historical Review*, vol. 111, n° 5, December 2006, p. 1441 – 1464.



respectivas metrópoles, mas ocorrem com outros países e com inúmeras regiões do planeta. Em suma, contatos, trocas, mestiçagens, transferências, apropriações, transculturações são fenômenos que ajudam a compreender os processos de interação que ocorreram e que continuam ocorrendo tanto em termos das grandes escalas quanto nas escalas geográficas mais reduzidas. Não posso deixar de lembrar pioneirismo do cubano Fernando Ortiz, que em seu clássico estudo sobre o açúcar e o tabaco nos mostra uma história que enfeixa povos, técnicas, interesses e costumes que vão muito além do espaço geográfico cubano.<sup>2</sup>

**Revista Temporalidades: Existe uma multiplicidade de abordagens históricas que não se limitam às fronteiras nacionais, mas que, na nossa visão, se aproximam muito. O que isso indica? Quais são os marcos que separam as abordagens que o senhor utiliza (comparadas, transnacionais) das demais? Como o senhor aborda as histórias comparadas? E como conceitua as histórias transnacionais? Quais são as maiores contribuições e dificuldades ao se utilizar tais abordagens?**

**José Beired:** Lancei mão da abordagem comparativa na pesquisa que realizei sobre os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina.<sup>3</sup> Depois de estudar a formação do peronismo no mestrado, interessei-me por uma das suas correntes constitutivas, uma corrente nacionalista de direita, que percebi também existia em outros países da região e na Europa. Mas como pesquisador e professor de História da América queria fazer um estudo não restrito a um único país e a alternativa que encontrei foi comparar com algo similar ao Brasil. O Brasil se justificava não apenas pela importância das correntes autoritárias, mas também por ser diferente da Argentina, assim como de outros países da região em vista da colonização portuguesa, do seu passado monárquico e das questões colocadas pelas suas camadas dirigentes. Inspirado nas ideias pioneiras de Marc Bloch a respeito das condições para a comparação,<sup>4</sup> encontrei na pesquisa dos intelectuais autoritários a possibilidade de estudar um fenômeno internacional à luz das experiências históricas de dois países americanos. Acredito ter encontrado uma chave de compreensão do autoritarismo no Brasil e na Argentina à luz da história intelectual e da história política,

---

<sup>2</sup> ORTIZ, Fernando. *Contrapunto cubano del tabaco y el azúcar*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987

<sup>3</sup> BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

<sup>4</sup> BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Mélanges Historiques*. Vol 1, Paris: S.E.V.E.N., 1963, p. 16-40.



o que apenas foi possível por meio da comparação. Ou seja, a comparação deve contribuir para explicar não só um fenômeno em sentido amplo, mas também cada uma das situações estudadas.

Em relação à história transnacional, centra-se nos fenômenos que operam em duas ou mais regiões situadas em diferentes Estados nacionais. Como a própria terminologia indica, refere-se principalmente a uma realidade que emergiu na Europa a partir do Período Moderno. Para ampliar essa perspectiva, certos autores sugerem história conectada, global, cruzada ou atlântica para períodos anteriores ou quando o referente estatal e nacional não é relevante para o estudo do objeto. Utilizei-me dessa abordagem no estudo das relações entre a Espanha e a América no âmbito do movimento hispanista ou hispanoamericanista, entre meados dos séculos XIX e XX. Tratou-se de um movimento político e intelectual voltado para a aproximação entre a ex-metrópole e as ex-colônias, que procurei compreender por meio da circulação de intelectuais, ideias e publicações.

Acredito que de forma similar à comparação, não existe um método predeterminado que sirva de modelo geral para a história transnacional. Esta consiste em uma maneira de olhar os fenômenos e, por isso, é uma perspectiva que orienta o processo de investigação. Voltada para o estudo de pessoas, bens e ideias, permite questionar as grandes narrativas e os modelos explicativos.

Quais as vantagens de tais abordagens? A abordagem transnacional permite o melhor conhecimento dos fluxos e das conexões entre diferentes sociedades, ao passo que a comparação tem a vantagem de permitir compreender com maior profundidade a morfologia de cada um dos casos estudados e as variáveis internas a eles relacionadas. Contrariamente a Michel Espagne e Serge Gruzinski que criticam veementemente a história comparada,<sup>5</sup> penso que a comparação não só ofereceu importantes contribuições, mas continua tendo um enorme potencial para compreender fenômenos e calibrar variáveis explicativas. Considero que história transnacional permite ver conexões encobertas que cruzam as unidades políticas nacionais e as diferentes regiões do planeta; oferece a possibilidade de “descentrar da Europa”, ou seja, romper com as visões que outorgam a essa parte do mundo o papel de motor do processo histórico, de centro difusor de mudanças e de medida do restante dos povos; e contribui ao estudo de um leque amplo de

---

<sup>5</sup> ESPAGNE, Michel. *Les transferts culturels franco-allemands*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999; GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres “connected histories”. *Annales*, vol. 56, nº1, jan-fév. 2001, p. 175-195.



processos e atores. Por sua vez, tanto a história comparada quanto a transnacional implicam dificuldades, como por exemplo, ao requerer o conhecimento aprofundado dos diferentes contextos históricos e linguísticos envolvidos.

**Revista Temporalidades: Com o surgimento de novas abordagens, a história comparada recebeu muitas críticas: as comparações seriam arbitrárias e poderiam cair no risco de cometer justaposições, generalizações e adotar uma visão eurocêntrica. Além disso, ressaltou-se que a comparação baseia-se em uma oposição binária entre diferenças e similitudes, ignorando que os objetos possuem múltiplas dimensões que muitas vezes se imbricam. Como fugir de tais riscos?**

**José Beired:** Tais riscos de fato existem e devem ser considerados pelo historiador, que necessita refletir constantemente sobre o processo de pesquisa para evitá-los ou minorá-los, pois comparar objetos sem critérios adequados pode resultar em conclusões distorcidas ou de pouca valia. Para Marc Bloch a comparação deveria envolver fenômenos similares em uma mesma época e contexto. Por outro lado, Max Weber, considerava fecunda a comparação de fenômenos situados em épocas muito distantes. Uma vez que o objeto de pesquisa é o resultado de uma construção fundamentada do historiador, ambas as perspectivas são válidas. A justaposição de duas ou mais histórias paralelas assim como estabelecer generalizações com base no estudo de poucos casos também são riscos em que os estudos comparativos por vezes recaem e que devem ser evitados. O eurocentrismo tem sido alvo de muitos questionamentos e chamar a atenção para esse vício de interpretação tem sido um dos méritos da historiografia latino-americana, na qual obviamente incluo a brasileira. Entendo que justamente a comparação, assim como a busca de conexões internacionais, pode ajudar a superar as visões eurocêntricas.

No tocante à oposição binária nos estudos comparativos, entendo que estabelecer diferenças e semelhanças é inevitável. Mas como já afirmei, não é possível estabelecer uma receita geral. Em cada caso estudado cabe ao historiador discernir tanto os elementos extremos da diferença e da semelhança, muitas vezes tipificados como uma espécie de tipos-ideais que orientam a análise, quanto as nuances, as quais na prática são em maior número e tendem a predominar no processo histórico.



**Revista Temporalidades: Professor, como uma perspectiva historiográfica que ultrapassa as fronteiras nacionais pode contribuir para a história intelectual e a história dos intelectuais? Em que medida abordagens como a história comparada e a história transnacional lançam novos olhares para experiências como a circulação de ideias e o trânsito de intelectuais?**

**José Beired:** Os intelectuais são uma categoria social que não apenas existe e existiu em inúmeras sociedades, como também eles se reconhecem internacionalmente como um grupo social dotado de características mais ou menos comuns. Algumas delas são o gosto pela cultura, ciências, história, arte e política, assim como a familiaridade com certo repertório de autores e conceitos, independentemente das suas posições ideológicas e eventuais divergências políticas. Por exemplo, mesmo os intelectuais mais nacionalistas conhecem e mantem uma relação complexa de afinidade e repúdio em relação às correntes de ideias externas aos seus países. Os intelectuais também possuem certos papéis nas suas respectivas sociedades e geralmente se veem como uma categoria social à parte. Além disso, a condição de intelectuais os impele a pensar as questões nacionais de modo articulado com as questões externas, o que a meu ver torna muito pertinente não apenas seu estudo comparativo, mas também em perspectiva transnacional. Eles são atores privilegiados para estudar como as ideias circulam e são apropriadas em função dos contextos nacionais.

**Revista Temporalidades: O senhor pesquisou o pensamento autoritário no Brasil e na Argentina na primeira metade do século XX. Como o senhor analisa o momento atual pelo qual as Américas passam? Este momento, tão diverso historicamente, guardaria semelhanças com o pensamento autoritário do início do século passado?**

**José Beired:** O período entre as duas Guerras Mundiais foi marcado pelo auge da crítica ao liberalismo que havia moldado o sistema internacional e organizado internamente os países ocidentais desde o século XIX e é por isso que se diz que tal período terminou em 1914. A Revolução Russa se colocou como uma saída, mas na maioria dos países europeus predominaram as alternativas de extrema direita que combinavam em diferentes proporções nacionalismo, estatismo e militarismo. Na América Latina, a Primeira Guerra serviu de elemento catalisador da crítica ao liberalismo oligárquico e estimulou a disseminação de propostas a favor dos regimes corporativistas e centralizadores,



autoritários e governados por líderes personalistas, frequentemente oriundo das forças armadas. Fascistas, católicos, reformadores e adeptos da tecnocracia abraçaram essa causa. A ideia predominante era que apenas o Estado forte teria condições de enfrentar os desafios internos da modernização econômica e da integração social.

Na conjuntura atual vivemos uma realidade muito diferente. Desde então muitas coisas aconteceram e a América Latina transformou-se substancialmente, embora com variações regionais e nacionais. Muitos países se industrializaram, urbanizaram e se tornaram sociedades complexas que, a despeito de intervenções militares e regimes autoritários, se encaminharam na direção da construção da democracia política e da afirmação dos direitos sociais. O fim dos regimes autoritários nos anos 1980 colocou o desafio da democratização política e da afirmação dos direitos civis, políticos e sociais de forma concomitante à resolução da crise da dívida, da hiperinflação e do esgotamento das políticas de substituição de importações. Hoje vivemos uma certa desilusão em relação às elevadas expectativas daqueles anos.

As teses nacionalistas, estatistas, centralizadoras, personalistas e decisionistas são atualmente sustentadas em nome de grupos que se automeiam de esquerda. Mas tal como antes, o liberalismo econômico e a expansão capitalista sintetizada na globalização são denunciados por certos governos (especialmente Venezuela, Equador, Bolívia e Nicarágua) como responsáveis pelos problemas da América Latina. A direita por sua vez mostra-se tanto mais radical quanto mais enaltece o liberalismo livre das travas do Estado e da regulação social do mercado. E no meio disso temos propostas reformistas que buscam compatibilizar capitalismo regulado e justiça social, as quais tendem a predominar apesar das suas contradições.

Nada mais polêmico que as análises sobre a situação atual. Para alguns observadores a América Latina viveu um ciclo de governos de esquerda que promoveram reformas sociais agora bloqueadas pelos interesses externos e pela oposição conservadora interna. Para outros, entre os quais me incluo, a prosperidade e a redistribuição de renda foram propiciadas basicamente pelo notável aumento dos preços das *commodities* e em especial da economia chinesa da qual somos cada vez mais dependentes. A retomada das práticas populistas é a principal marca de governos e forças políticas que pouca relação guardam com a tradição da esquerda ocidental, incluída a latino-americana, nas suas variantes comunista, socialista ou social-democrata.



Todos os países da região viveram desde os anos 1990 o desafio de ajustar das economias nacionais ao processo de globalização e de ao mesmo tempo responder às demandas do sistema político e dos agentes sociais internos. Os países muito pequenos, com economias agroexportadoras e de enclave mostraram maior dificuldade em lidar com isso, apostando em fórmulas nacionalistas, centralizadoras e defensivas ante a globalização, as quais não se mostram suficientemente viáveis no futuro, a exemplo dos países que integram o movimento bolivariano. No caso da Venezuela, a título de libertar o país do jugo externo e promover a justiça social, o chavismo aprofundou até limites inéditos e catastróficos a dependência de um único produto e de uma única empresa, o petróleo e a PDVSA. As consequências sociais e políticas do esgotamento do modelo de exercício do poder na Venezuela são dramáticas, o futuro do país é imprevisível e os demais países da América do Sul mostram-se impotentes para auxiliar na busca de uma saída para a crise.

Em contrapartida, Cuba, tradicional ponto de referência do socialismo na América Latina, encontra-se em um processo de normalização das relações com os Estados Unidos e de aprofundamento da economia de mercado, com crescentes investimentos na área do turismo internacional. Teremos um retorno aos anos 1950? Certamente não, pois a história não se repete e muitas coisas mudaram desde queda de Fulgêncio Batista. Apesar disso, é forçoso constatar o relativo fracasso do projeto revolucionário, assim como os limites da vontade transformadora do ser humano diante da inércia das estruturas históricas.

Mais dramático é reconhecer os limites do sistema político para dar continuidade às justas aspirações das sociedades latino-americanas pela concretização de mudanças estruturais que elevem de modo permanente o patamar dos direitos civis, políticos e sociais, comprometidos tanto pelas iniciativas eleitorais de curto prazo quanto pela persistência do clientelismo e do patrimonialismo. De qualquer forma, sou otimista com relação ao futuro. A América Latina já enfrentou outros desafios no passado, assim como já demonstrou a sua capacidade para encontrar alternativas criativas, democráticas e em compasso com as exigências das transformações do mundo.